

PROPINAS E CORRUPÇÃO PARA PRIVATIZAR

Presidente do CA da Copasa foi indicado por Zema sob prisão domiciliar?

O processo escandaloso para privatizar a Copasa avoluma ações muito suspeitas que passam pelo poder público e escancaram práticas agressivas de corrupção para vender empresas de serviços públicos essenciais, sobretudo no saneamento.

Na véspera do carnaval, pediu demissão da presidência do Conselho de Administração da Copasa o ex-CEO da Aegea, Hamilton Amadeo, depois de uma reportagem bombástica do site UOL (Grupo Folha de S.Paulo), a qual demonstra sua atuação de muitos anos pagando propinas e forte esquema de corrupção com políticos para facilitar à Aegea avançar na gestão de empresas públicas de saneamento em vários estados. Hamilton Amadeo tem homologado desde 2025, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), processo de delação premiada, cinco anos após acordo celebrado em 2021, onde, com outros executivos e “colaboradores” ligados à Aegea, admitiram “o pagamento de propinas a agentes públicos em pelo menos seis estados e 20 municípios para obter ou manter concessões de água e esgoto”, em um esquema que movimentou cerca de R\$ 63 milhões entre 2010 e 2018.

O acordo concentrou a investigação dos atos de corrupção até aquela data, permitindo que a Aegea continue seu périplo para absorver empresas e se ligasse a outras interessadas no negócio. Em sua reportagem, o UOL destaca que as delações premiadas — “em que executivos e ex-executivos admitiram crimes em troca de benefícios penais — e o acordo de leniência, pelo qual a empresa se comprometeu a pagar R\$ 439 milhões, ajudaram a estancar o passivo judicial do passado. Com isso, evitaram entraves à entrada de grandes grupos empresariais no quadro de acionistas da companhia”.

A Aegea afirma em comunicado ao mercado que o processo se refere “a circunstâncias anteriores a 2018, apuradas em investigações internas e independentes, compartilhadas voluntari-

amente com o MPF pela Companhia (...)”. Simples assim: corruptos confessam seus crimes em favor da Aegea, que fica ileso para continuar atuando.

O GOVERNADOR NÃO SABIA E A ALMG NÃO QUER SABER?

Os trechos da denúncia abaixo **nos obrigam** a uma investigação rigorosa:

“Arquiteto da expansão da Aegea, o então presidente da companhia, Hamilton Amadeo, era quem tinha a palavra final sobre os pagamentos de propinas a políticos, segundo ele próprio admitiu.”

“O segundo na hierarquia era Santiago Crespo, então diretor comercial da companhia. Ele e Amadeo são os únicos delatores que **deverão cumprir pena de prisão**, conforme o acordo de colaboração, após o trânsito em julgado e o fim dos recursos no STJ e no STF. **Até lá, a punição prevista é de prisão domiciliar.**”

Após o acordo de leniência, fica claro que os corruptores deverão cumprir pena de prisão, mas até o trânsito em julgado “a punição prevista é de prisão domiciliar”.

Perguntamos em **LETRAS MAIÚSCULAS**: Como o governador Zema pôde indicar para a presidência do Conselho de Administração da Copasa um investigado em condição de prisão domiciliar? Após tantas denúncias de propinas de quem estava na presidência do CA da Copasa, o processo de privatização não fica sob suspeita? A Assembleia Legislativa não deve investigar?

Depois de escancarada nos meios de comunicação de massa a prática da corrupção de Amadeo, a Copasa publicou uma nota lacônica: “A companhia reitera que os fatos reportados pela imprensa referem-se estritamente à trajetória profissional anterior do executivo, sem qualquer vínculo com sua atuação na Copasa ou com a integridade das operações desta instituição”.

As denúncias da reportagem do UOL, que teve acesso ao processo, são gravíssimas em detalhes na operação das propinas, até com um endereço que “funcionava como cofre” para políticos corrompidos buscarem seus “dinheiros”.

